SOCIEDADES ITALIANAS DE SOCORRO MÚTUO E POLÍTICA EM SÃO PAULO, ENTRE O SÉCULO XIX E O SÉCULO XX

Luigi Biondi*

Até recentemente, os estudos sobre a emigração italiana para o Brasil privilegiaram algumas características fundamentais: o fato dela ser uma emigração em grande parte de núcleos familiares, de ser subvencionada diretamente pelo estado de São Paulo e às vezes pelo próprio governo central, e enfim o fato de ser uma emigração voltada sobretudo para o campo, isto é, para recrutar mão-de-obra para as fazendas de café. Em um segundo momento, os estudos sobre a imigração italiana em São Paulo afrontaram também a inserção na capital e nos outros centros urbanos paulistas dos imigrantes inicialmente dirigidos às fazendas de café: uma inserção vista como parte do processo de urbanização do estado de São Paulo. Seguiu-se, portanto, toda uma série de estudos que examinaram a influência dos imigrantes italianos na formação e no desenvolvimento do movimento operário em São Paulo, através do seu empenho político e sindical na construção e na atividade de grupos políticos socialistas, anarquistas, e nas ligas sindicais de resistência. Bem menos conhecida e estudada, todavia, foi a relação entre essas associações político-sindicais nas quais os italianos constituíam quase 80% dos integrantes (às vezes elas apresentavam somente nomes italianos), e as outras associações italianas presentes na cidade de São Paulo, sobretudo as de socorro mútuo.

As características da emigração italiana para São Paulo que apresentamos aci-

ma – proveniência e destino (ao menos inicial) agrícola da emigração, imigração por núcleos familiares, sucessiva migração para as cidades – sempre esconderam, todavia, alguns elementos que hoje os estudiosos da emigração começam a afrontar e aos quais é necessário acenar para compreender o diversificado mundo do associacionismo ítalo-paulista e de como foi possível a criação de sociedades e grupos entre os imigrantes. Queremos dizer que o imigrante italiano em São Paulo não estava sozinho com sua família em um mundo completamente estranho, inicialmente isolado no latifúndio cafeeiro, como poderia parecer à primeira vista.

O fato que a imigração para o Brasil fosse subvencionada, de fato não impediu que se instaurassem ligações entre os imigrantes que normalmente tornam possível a agremiação a partir de uma proveniência comum (de região, cidade ou vilarejo), como reconhecemos quando a emigração se dá através de cadeias migratórias regionais ou de cidade¹.

De fato, os agentes que contratavam as famílias que emigrariam para o Brasil no período 1888-1902, atuaram sobretudo nas áreas da planície vêneta (nordeste da Itália) onde a crise agrária tinha deixado centenas de famílias no limite da sobrevivência. O resultado foi que vilarejos inteiros do Vêneto, Friuli, do Trentino (na época Tirol do sul, pertencente à Áustria), mas também das áreas limítrofes do leste da Lombardia e da Emília se despovoaram e viram boa parte da própria população

transferir-se para o estado de São Paulo, sobretudo nas fazendas de café. No total, por volta de 400 mil italianos provenientes destas regiões (na grande maioria camponeses) dirigiram-se ao interior do estado de São Paulo, transformando seus equilíbrios demográficos.

O recrutamento dessa mão-de-obra na Itália ocorreu intensivamente, de modo que freqüentemente camponeses de um mesmo vilarejo, e obviamente de vilarejos próximos, encontraram-se no Brasil trabalhando nas mesmas fazendas, o que significou que ligações e relações interfamiliares puderam provavelmente continuar também em um ambiente tão diferente como era para eles o campo paulista, lançando as bases, desse modo, de uma futura colaboração com o objetivo de recriar ou criar associações e grupos, quando foi possível superar o rígido controle que ocorria nas fazendas, além da solidariedade que nascia no dia-a-dia do trabalho. Temos que acrescentar, entretanto, que junto aos camponeses dessas regiões da Itália do norte, vieram também artesãos e pequenos comerciantes, os quais, freqüentemente, agiam como um elemento de ligação entre os próprios conterrâneos que trabalhavam nas fazendas e a cidade mais próxima onde esses artesãos se estabeleceram e onde, aliás (normalmente aos domingos), as famílias dos colonos iam para a missa, as compras, ou até mesmo para vender os produtos agrícolas que cultivavam entre os pés de café. Alguns desses artesãos e pequenos comerciantes acabaram indo para São

Paulo-capital ou passaram por vários centros e, de qualquer forma, estabeleceram uma rede de relações e amizades.

A emigração subvencionada para as fazendas, todavia, não significava que em seguida todos os que dela usufruíam concordassem em se estabelecer como trabalhadores do campo. Isto ficou claro, em parte, também para os camponeses do

Vêneto, visto que em alguns casos (não-esporádicos) no interior de cada núcleo familiar pelo menos um dos componentes tentava com empenho transferir-se na cidade mais próxima à fazenda, para encontrar um emprego urbano.

Ainda mais claro foi o caso dos imigrantes provenientes do sul da Itália, cuja meta era, na verdade, encontrar um traba-

lho na cidade, mesmo tendo usufruído da subvenção do governo do estado de São Paulo. Enquanto, de fato, vênets e friulanos emigraram quase completamente para o interior do estado, os imigrantes provenientes de regiões do sul da Itália (sobretudo de pequenas cidades da Campânia, Calábria, Puglia e Abruzzo) estabeleceram-se, em sua grande maioria,

na própria cidade de São Paulo. Os italianos do sul, os chamados *meridionali* (eles também alistados através dos agentes de emigração, que percorriam sempre as mesmas áreas no âmbito de algumas regiões), criaram, todavia, cadeias migratórias das quais os agentes e fazendeiros raramente se davam conta. De fato, uma vez chegados à Hospedaria dos Imigrantes, ou após algum período em uma fazenda de café, conseguiam fugir sabendo, desde o dia da partida da Itália, onde encontrar alguns conterrâneos na cidade de São Paulo, que os inseriam no mercado de trabalho, em geral no ofício no qual a própria comunidade se havia especializado (vendedores de jornais, ferreiros, mascates, marceneiros, pedreiros), ou encontravam para eles um emprego em alguma das fábricas que começavam a surgir na cidade, de modo que, muitas vezes, crianças, homens ou mulheres jovens da mesma área regional, trabalhavam no mesmo estabelecimento.

Muitas vezes, aliás, os pais de família, tanto do Sul como do Norte, mentiam aos agentes de imigração dizendo serem agricultores somente para ganhar a passagem para o Brasil, mas tendo já como objetivo trabalhar nas cidades.

Novos estudos, além disso, mostram como, também no caso brasileiro, sobretudo após a abolição, por parte do governo italiano (1902), da possibilidade de subvencionar a emigração para o Brasil, ocorreram clandestinamente cadeias migratórias através das quais puderam se formar na cidade de São Paulo, mas também nos outros centros urbanos paulistas, núcleos de imigrantes italianos caracterizados pela mesma proveniência regional ou até mesmo de vilarejo.

Um outro grupo de imigrantes, muito importante para compreender os fenômenos de agremiação e politização, foi o dos italianos da Toscana, que constituíam 7% dos imigrantes italianos no Brasil. Neste caso, ocorreram verdadeiras cadeias migratórias, através das quais centenas de artesãos, operários especializados e pequenos comerciantes emigraram para o Brasil. Os toscanos, sobretudo os da província de Lucca, tinham há muito tempo, desde o segundo império, ligações com o Brasil, tanto comerciais como ligadas a histórias de imigração temporária individual.

Com a explosão da grande emigração, muitos destes vieram para o Brasil (estado de São Paulo e sul de Minas Gerais) com o objetivo de fornecer bens e serviços a este novo mercado que se estava criando. Tratou-se, portanto, de uma imigração artesã de notáveis proporções e que provinha, aliás, de uma região na qual eram muito difusos o republicanismo, o socialismo e o anarquismo, exatamente nestes grupos sociais: não foi por acaso, portanto, que os grupos anarquistas e socialistas que se foram formando em São Paulo, eram às vezes compostos quase pela metade por toscanos.

Esta introdução sobre os fluxos migratórios é necessária, creio, para ilustrar sobre quais bases se formaram, em seguida, associações e grupos políticos entre os imigrantes italianos em São Paulo. De fato, não podemos esquecer a importância das subdivisões regionais que existiam entre esses imigrantes e de como estas se realocaram no território paulista. A proveniência local comum (isto é, mesmo vilarejo, cidade ou área de uma mesma região), é um fator fundamental para compreender em que modo alguns processos de organização dos imigrantes puderam se realizar e, sobretudo, através de quais canais. Em síntese, na cidade de São Paulo havia um ambiente que fazia com que o imigrante pudesse se inserir na nova sociedade partindo de uma base de inter-relações e ligações culturais pré-existentes: inter-relações que, aliás, pesavam na escolha de um tipo de grupo ou associação ainda que, obviamente, não a determinassem completamente.

A tal propósito, por exemplo, Bianca Gera e Diego Robotti (1992) mostraram alguns anos atrás, como o alto grau de participação em associações operárias de socorro mútuo na Argentina, ao contrário dos Estados Unidos ou do próprio Brasil, foi determinado pelo fato de que Buenos Aires recebeu uma alta porcentagem de imigrantes italianos do Piemonte e da Ligúria, duas regiões que, no final do século XIX, estavam na vanguarda no que se referia às associações e tinham o maior número, as primeiras e as maiores sociedades de socorro mútuo, que logo participariam da formação de sindicatos e grupos políticos socialistas. (Blengino et al., 1992)

SOCIALISTAS E REPUBLICANOS ITALIANOS ENTRE SOCORRO MÚTUO ÉTNICO E ATIVIDADE SINDICAL E POLÍTICA.

As primeiras associações entre imigrantes italianos em São Paulo, todavia, formaram-se não com base regional, mas sim com base nacional, ainda que, quando nasceram, o processo de unificação da Itália (1870) tivesse ocorrido há pouco. Em São Paulo, as primeiras sociedades apareceram, portanto, ainda no período imperial e quando ainda se devia iniciar o maior afluxo de imigrantes italianos, ocorrido entre 1888 e 1902: em 1878 nasceu, assim, a *Società Italiana di Beneficenza*, à qual se seguiu no ano seguinte a *Vittorio Emanuele II*, como dissidência de um grupo de sócios da primeira. Poucos anos depois, em 1881, foi a vez da sociedade de Campinas *Italiani Uniti*, que, como a de São Paulo, transformou-se com o tempo em fornecedora de serviços hospitalares aos imigrantes.

Em 1906, no estado de São Paulo, as sociedades italianas eram já 136 (das quais 33 na capital), 182 em 1908, e até 392 em 1912: tratava-se de sociedades de vários tipos, definidas por isso com o termo genérico de "sociedades italianas populares" (*società italiane popolari*), e eram recreativas, filodramáticas (dedicadas à atividade teatral), esportivas, mas a maioria das sociedades (dois terços) eram operárias de beneficência e socorro mútuo.

Como acabamos de mostrar, a história do associacionismo italiano em São Paulo foi marcada desde o início por rupturas e conflitos, que tinham sua raiz em conflitos políticos e regionais, sobretudo ligados ao embate entre monarquistas e antimonarquistas e entre italianos do Norte e do Sul. Isso levou, às vezes, à paralisação das atividades das principais sociedades, como foi justamente o caso da *Società Italiana di Beneficenza*, que conseguiu montar o hospital *Umberto I* (que devia ser a sua principal atividade), somente em 1904, quando já há tempos outras

comunidades étnicas paulistanas (bem menores) tinham os seus hospitais, e após duros embates entre os sócios socialistas e republicanos de um lado e monarquistas do outro. Os dois grupos tinham obviamente grandes divergências sobre o tipo de assistência que a sociedade devia dar, como veremos mais adiante.

Mas o que era uma sociedade de socorro mútuo? Tais sociedades começaram a nascer na Itália a partir da metade do século XIX (como ocorreu também em outros países europeus) como transformação das antigas corporações artesanais, que reuniam ainda patrões e operários pertencentes a uma mesma categoria. A maior parte dessas sociedades de socorro mútuo na Itália nasciam como grêmios no interior de uma mesma categoria, mas havia também sociedades definidas genericamente como "operárias", cujos sócios pertenciam às mais diferentes ocupações ou a ocupações semelhantes. Conforme o processo de industrialização aumentava, ampliava-se também a separação entre patrões e operários, o que levou, com o tempo, a uma grande conflitualidade interna, até o momento em que, sendo a maioria dos sócios constituída por operários mais ou menos especializados, os empresários que se tinham transformado em industriais decidiram sair do seio das sociedades. Obviamente, no interior das sociedades de socorro mútuo existiam não tanto operários, mas sobretudo operários especializados e artesãos. O socorro mútuo significava que o principal objetivo da sociedade era assegurar aos próprios sócios - em um período em que ainda não existiam sistemas públicos de saúde e aposentadoria - serviços médicos, uma modesta pensão na velhice e, enfim, um seguro em caso de acidente de trabalho ou um subsídio nos momentos de desemprego. A verba necessária para isso era obtida através dos depósitos (todos iguais, independentemente do salário) feitos mensalmente pelos sócios.

Ao mesmo tempo, além disso, as sociedades eram locais de sociabilidade entre os sócios e suas famílias e entre esses e o resto da comunidade do bairro ou pequena cidade onde a sociedade tinha sido fundada. De fato, além dos serviços habituais, as sociedades ocupavam-se, muitas vezes, também da instrução profissional

para os filhos (mas não só) dos sócios, ou como sede para atividades de lazer, de modo que, no seu interior, havia também grupos de teatro ou bandas de música. As festas organizadas pela sociedade eram, de fato, abertas também a não-sócios e serviam também para arrecadar dinheiro para a caixa social, além de servir como cenário de uma série de relações que se iam estabelecendo na sociedade ou ao redor dela.

Sendo sociedades compostas em grande parte por artesãos e operários, foi dentro delas que se difundiu, primeiro o republicanismo revolucionário italiano e depois, com o nascimento do movimento socialista, o socialismo marxista e até mesmo o anarquismo². Frequentemente, de fato, os próprios sócios, sobretudo os dirigentes, eram os mesmos militantes e líderes, na própria cidade, dos primeiros grupos políticos republicanos, socialistas e anarquistas que se desenvolveram na Itália a partir do período 1870-1890. Além disso, quando começaram a se formar os primeiros sindicatos e ligas de resistência entre trabalhadores, tanto nas cidades como nos campos, na base dessas associações estavam as antigas sociedades de socorro mútuo, que se tinham aliado entre si dando vida às primeiras *Camere del Lavoro*. Estas eram instâncias que se ocupavam com a organização dos sindicatos nas cidades, além de funcionar como intermediação nas contratações e de atuar na formação de escolas profissionais. Às vezes, as sociedades de socorro mútuo desapareciam no momento em que se transformavam em sindicatos de ofício, mas outras vezes continuavam a funcionar paralelamente aos sindicatos nascidos das suas bases.

Quando os italianos começaram a emigrar para as Américas, tentaram desde o início formar sociedades como as que conheciam direta ou indiretamente nas suas regiões, ainda que nos países de acolhida as sociedades de socorro mútuo que se iam formando entre italianos tivessem uma característica a mais: a mononacionalidade. Elas, de fato, nasciam especificamente para amparar todos os trabalhadores italianos residentes em um bairro ou em uma cidade estrangeira. Desse modo, do ponto de vista da extração social, englobavam às vezes não só artesãos e operários, mas tam-

bém comerciantes e profissionais liberais, desde que fossem italianos. O caráter de italianidade devia ser, pelo menos inicialmente, o fator de união principal, de modo que no interior delas conviviam ideologias até mesmo muito diferentes. Para conservar a unidade, de fato, tais sociedades obrigavam os próprios sócios a evitar disputas religiosas ou políticas no interior delas. Mas, como é fácil pensar, não por isso os conflitos diminuía, porque deter o controle de tais associações de socorro mútuo significava ter uma influência maior sobre a comunidade italiana no seu conjunto e também porque se confrontavam idéias realmente diferentes sobre a gestão e a prática assistencial.

Foram principalmente dois os fenômenos que mudaram a rota das sociedades italianas paulistas, conduzindo-as a caminhos semelhantes àqueles que as sociedades na Itália experimentaram e continuavam experimentando: 1º) a relativa mobilidade social de muitos artesãos e comerciantes, que tinham chegado em São Paulo antes que começasse o maior afluxo de imigrantes e que depois foram se enriquecendo; 2º) o início da grande imigração em 1887-88.

O primeiro fenômeno produziu a fundação de sociedades italianas menos próximas ao movimento socialista e republicano e mais ligadas ao consulado italiano de São Paulo (portanto: monarquistas), e a tentativa (às vezes com sucesso) de conquistar a diretoria das sociedades mais importantes, criando, entretanto, uma polarização acentuada do mundo associativo italiano no estado de São Paulo: de um lado as sociedades assim chamadas democráticas (próximas aos movimentos sociais), do outro sociedades monarquistas.

O segundo fenômeno, como é fácil prever, produziu um florescimento de sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo, no qual podemos reconhecer duas tipologias: uma formada pelas sociedades que tinham como base a proveniência regional, outra por agremiações mononacionais por bairro.

Às primeiras, por exemplo, pertenciam sociedades como a *Unione Veneta San Marco*, a *Unione Meridionale Italiana*, a *Lega Lombarda*, a *Campania*, a *Calabresi Uniti*, a *Popolare Emiliana*, todas nasci-

das antes de 1900.

Entre as segundas temos a *Fratellanza Italiana* do Cambucy, a *Società Italiana Unione* da Móoca, a *Unione* do Bom Retiro, a *Unione* da Barra Funda, a *Società Italia* da Bela Vista, entre outras. As sociedades italianas de bairro nasceram quase todas depois de 1900, quando os fluxos migratórios dos italianos em direção ao Brasil tinham-se estabilizado parcialmente, e os retornos equivaliam praticamente às chegadas: são ligadas, portanto, a uma segunda fase da imigração italiana a São Paulo, isto é, aos processos de integração dos trabalhadores italianos na vida dos bairros populares paulistanos, em contato estreito com o mundo então nascente das fábricas, das oficinas, dos canteiros de obras. O fato que fossem aparentemente abertas aos italianos de todas as regiões não significava, todavia, que no seu interior não houvesse um núcleo regional dominante. É necessário pensar, de fato, que cada bairro popular paulistano, exatamente a partir dos primeiros anos do século tinha assumido um caráter italiano quase monoregional, uma vez que (assim como no caso dos bairros de Little Italy e Brooklyn em New York) os imigrantes provenientes de uma certa área regional tendiam a estabelecer-se nas mesmas ruas e quadras de seus conterrâneos.

As associações abertas a todos os italianos independentemente de sua proveniência regional continuaram, de qualquer forma, a existir, como no caso, por exemplo, das sociedades maiores: a *Leale Oberdan*, a *Democratica Galileo Galilei*, o *Circolo Operaio Italiano* ou o famoso *Circolo Italiano*, nascido em 1911, ao qual pertencia a elite da comunidade italiana.

Havia também um terceiro tipo de sociedade de socorro mútuo, que nasceu em São Paulo naquele período e era formada por associações chamadas “abertas”, das quais podiam fazer parte operários e artesãos de uma mesma ou de diversas categorias independentemente da sua nacionalidade. Tais associações de mútuo socorro, que se estruturavam tanto no plano da cidade ou de bairro, eram de fato ainda mais semelhantes às sociedades de socorro mútuo nascidas na Itália já nas décadas precedentes à emigração, no sentido que o que devia manter unidos os vários sócios

era mais a sua comunhão de interesses de classe que a nacionalidade.

Na realidade, como estou verificando recentemente, quase todas essas sociedades, que freqüentemente assumiam o nome de “cosmopolitas”, “operárias” ou “internacionais” (por exemplo, *Società Cosmopolita fra Lavoranti Cappellai*, *Società Operaia della Lapa*, ou *Società Internazionale del Brás*), eram, essas também, sociedades italianas, sendo formadas quase inteiramente (às vezes exclusivamente) por imigrantes italianos, e além disso sobre modelos de estatutos copiados quase fielmente das sociedades símeles da Itália. E não podia ser de outra forma, visto que os italianos constituíam em alguns setores até 80% da força de trabalho em São Paulo na primeira década do século XX.

É interessante observar que foi exatamente este terceiro tipo de sociedades (não todas, obviamente), que a partir de 1900 começaram um processo de transformação em sindicatos de ofício, assim como tinha acontecido na Itália alguns anos antes. Como indica a mudança de seus estatutos, elas substituíram seu objetivo principal (que era até então a assistência mútua em caso de acidentes de trabalho, aposentadoria e doença), pela luta de classe, isto é, pela reivindicação salarial: em síntese, tornaram-se sindicatos, mudando seus nomes para *Lega di Resistenza*. Tal transformação não foi, de qualquer forma, definitiva: durante alguns períodos, de fato, quando o movimento sindical sofria uma crise por causa das recessões econômicas ou da repressão, voltavam às suas velhas tarefas de assistência, com menos sócios do que quando atuavam como sindicatos. Um caso clássico foi o da *Società Cosmopolita fra i Cappellai*, uma das mais antigas de São Paulo, fundada provavelmente antes de 1895, que tinha na sua diretoria muitos militantes socialistas italianos como os irmãos Ramenzoni, e que em 1901 se transformou em sindicato, em *Lega tra i Cappellai*, mas que, em períodos alternados (às vezes conservando o mesmo nome de liga), tornava-se, novamente, na prática, uma sociedade dedicada somente à assistência mútua.

Devemos levar em conta, aliás, que a transformação em liga às vezes implicava

também o abandono completo da assistência mútua em alguns serviços (como a aposentadoria, por exemplo), visto que a caixa era utilizada quase completamente para financiar as greves, isto é, para apoiar os trabalhadores o maior tempo possível quando esses ficavam sem salário durante os dias de greve (permaneceu às vezes ativo, todavia, o financiamento do atendimento médico, bem como o pagamento dos períodos de recuperação em casos de acidentes de trabalho).

A transformação de algumas dessas sociedades entre imigrantes em sindicatos, foi possível graças ao fato que nas suas diretorias havia em grande parte militantes do *Partito Socialista Italiano* que viviam e atuavam em São Paulo já há quase uma década, mas também por causa da formação, nos anos entre 1898 e 1904, de um proletariado industrial e semi-industrial (isto é, trabalhadores de pequenas e médias oficinas) na cidade de São Paulo, formado quase exclusivamente por imigrantes italianos. A massa dos operários não especializados, de fato, tinha dificuldade em reunir-se ou agregar-se nas sociedades de socorro mútuo, nas quais as contribuições mensais eram altas demais para homens e mulheres cujos salários eram muito baixos. A força do sindicato estava no alto número de contribuintes e não no valor das taxas mensais, como acontecia nas sociedades.

Tal caracterização étnica do proletariado paulistano, de qualquer forma, não impediu que a maior parte dos grandes empresários italianos de São Paulo se recusasse a realizar uma política paternalista em relação aos próprios empregados, em nome da nacionalidade comum, através daquelas poucas sociedades italianas interclassistas, nas quais tais empresários eram os dirigentes. Como esta via nunca foi tentada, os trabalhadores italianos menos especializados consideraram adequado às suas necessidades somente a formação de sindicatos de ofício, contando com a colaboração daquelas sociedades italianas mais próximas aos socialistas e aos republicanos (e em parte aos anarquistas).

Os socialistas italianos em São Paulo, de qualquer forma, começaram a reorganizar-se também em círculos políticos alguns anos após a repressão de 1894, quan-

do muitos deles, junto aos patrícios de fé anarquista ou republicana, foram presos por uma ação conjunta da polícia paulista e do consulado italiano em São Paulo.

No fim do século XIX foi fundada, assim, a *Lega Democratica Italiana*, uma sociedade política formada por militantes socialistas e republicanos unidos pelo seu antimonarquismo e por uma atenção em relação ao proletariado italiano imigrado. Em seguida, nasceram também grupos como o *Circolo Socialista "Avanti!"* e o *Circolo IX Febbraio* (republicano), e grupos de socialistas italianos surgiram entre 1901 e 1910 em vários bairros populares de São Paulo, e em quase todos os centros urbanos do interior do estado. Entre 1900 e 1901, na cidade de São Paulo, além das sociedades que se transformaram em ligas, muitas outras novas foram fundadas por socialistas italianos com a colaboração de anarquistas imigrados favoráveis às organizações sindicais³. Ao mesmo tempo, iniciou-se também a publicação de um semanário (depois diário) socialista de língua italiana, expressão de grupos paulistanos, que tomou o nome de "*Avanti!*", publicado até 1919, com uma interrupção entre 1909 e 1913.

A atividade sindical dos socialistas foi acompanhada com o passar do tempo pela dos anarquistas nas mesmas organizações até que da colaboração entre eles nasceu em 1905 uma federação sindical (**Federação Operária de São Paulo - FOSP**) que devia coordenar a atividade de todas as associações e ligas sindicais paulistanas. Embora a **FOSP** seguisse uma linha chamada de sindicalismo de ação direta, isto é, reivindicando a própria autonomia em relação aos grupos políticos de todas as tendências, muitos socialistas italianos continuaram a fazer parte das diretorias de muitas ligas.

Ao mesmo tempo, o nascimento e expansão das associações sindicais não eliminou a atividade dos socialistas italianos nas sociedades de socorro mútuo, nem a separação destas do movimento operário paulistano. De fato, tanto a greve geral de 1907, como a que assumiu o aspecto de uma verdadeira revolta em 1917, presenciaram a ligação entre os sindicatos e as sociedades italianas de socorro mútuo, as quais organizaram, em muitos casos, ações

de solidariedade para com os grevistas, sobretudo dando a eles a assistência financeira (às vezes também legal) no momento em que a repressão da força pública do estado de São Paulo chegou a fechar a **FOSP**, impedindo uma ação de coordenação de todos os sindicatos. A atividade por parte de algumas sociedades italianas em favor dos trabalhadores italianos em greve, não diminuiu nem mesmo quando, entre 1917 e 1920, os filhos dos primeiros imigrantes tinham já entrado em massa no mundo do trabalho, e podia-se começar a falar de ítalo-brasileiros. A conotação étnica italiana da maioria dos trabalhadores paulistanos, e portanto das suas organizações (também as não caracterizadas pela mononacionalidade) continuou de diferentes formas até as leis de Vargas dos anos 40, que impediam a constituição de associações italianas e o uso entre os imigrantes e seus filhos da língua italiana.

A compreensão de uma política que abrangesse todos os aspectos associativos da comunidade italiana em São Paulo, contribuiu para que os socialistas italianos se esforçassem para de fato conquistar a diretoria do maior número possível de sociedades patrícias, tanto de socorro mútuo como recreativas, e ao mesmo tempo de exasperar os conflitos internos à comunidade italiana que apareciam em momentos supostamente unitários, ou de discussão sobre problemas que envolviam necessariamente a *colônia* inteira.

Para algumas sociedades, a ligação com os socialistas e os republicanos era ainda mais forte. Significativamente, quando, planejando as atividades de criação de ligas de ofício, assim como uma mais estreita relação com outras sociedades populares, a *Lega Democratica Italiana* escolheu instalar-se nos novos locais de Largo da Memória, no Piques, foi seguida na nova sede também por duas antigas sociedades de socorro mútuo: a *Società di Mutuo Soccorso "Unione Veneta San Marco"* e a *Società Operaia di Mutua Assistenza*. Inclusive, a existência de uma sociedade italiana de caráter explicitamente vêneta, que mantinha estreitas ligações com a *Lega Democratica Italiana* e com o jornal "*Avanti!*" (mensagens da *Veneta* apareciam regularmente na seção do jornal "*Società Popolari*") contrasta o dis-

curso da historiografia, que sempre considerou os Vênets como desviados da ação política em grupos radicais pelo seu enraizado catolicismo.

As festas dançantes desta sociedade - tipo de financiamento utilizado também pelo *Circolo Socialista "Avanti!"*, e pela *Lega Democratica Italiana*, e depois por muitos sindicatos em São Paulo - eram comunicadas no "*Avanti!*" com vários dias de antecedência, e duravam até as primeiras horas da manhã, lotadas de operários italianos e de suas famílias.

A *Società Operaia di Mutua Assistenza* tinha também as mesmas funções da Vêneta, mas era constituída por um número menor de sócios, embora talvez com uma caracterização política mais forte, sendo composta também por homens que tinham participado das últimas guerras de Garibaldi, propondo-se, então, como uma daquelas sociedades nas quais é perceptível, na passagem das velhas para as novas gerações, a continuidade entre os movimentos independentistas italianos revolucionários e os internacionalistas dos anos 90, sobretudo de matriz republicana.

Todavia, além destas duas sociedades, o líder socialista **Alcibiade Bertolotti**, nos tempos em que dirigia o jornal socialista de São Paulo em língua italiana, "*Il Messaggero*", propôs um congresso de refundação daquela que devia ser a principal sociedade italiana de socorro mútuo da comunidade paulistana (a *Società Italiana di Beneficenza*) nos moldes da *Società Umanitaria* de Milão: uma grande entidade assistencial, parcialmente financiada pelo governo italiano, que cobria as funções de cooperativa social com o fim de nivelar os preços dos bens de primeira necessidade e de fornecer assistência hospitalar, e também ajuda nos períodos de doença e na velhice aos sócios operários.

Naquele período, um grupo de simpatizantes socialistas pôs em questão a gestão da recém-nascida *Società Italiana di Beneficenza*. Estas pessoas reorganizaram a sociedade em março de 1892 em uma reunião na sede do jornal "*Il Messaggero*" de São Paulo, escrevendo um estatuto que ainda depois de oito anos não tinha sido aplicado. O estatuto baseava-se sobre algumas idéias que previam a fundação de uma Sociedade Italiana que atuasse em

diversas direções, através de quatro seções: 1) Seção de Socorro Mútuo, para formar uma companhia de seguro saúde e acidentes no trabalho; 2) Seção Hospital, a fim de dar assistência médica aos italianos pobres e aos sócios da sociedade, com as mesmas condições de tratamento; 3) Seção de Socorros, para dar passagens àqueles imigrantes, que não tinham condições de repatriar; 4) Seção de Instrução, para subsidiar escolas de ensino elementar (dos seis aos oito anos) e profissionais, com o fim de aumentar o grau de especialização dos trabalhadores italianos da cidade.

As bases originárias dos estatutos de 1892 são especificadas argumentando que a seção instrução deveria subsidiar escolas para os filhos dos sócios, enquanto o hospital deveria ser dividido em uma parte dedicada à assistência dos sócios da instituição, mais os sócios de outras sociedades italianas de socorro mútuo (que, no caso, pagariam as despesas), e uma outra parte que serviria para atender as exigências dos imigrantes privados de recursos, pobres, desempregados ou inválidos.

Em relação à questão do *Ospedale Umberto I*, o fim dos socialistas italianos era de associar os italianos em São Paulo, incluindo o interior, e converter o espírito de beneficência (que criava dependência destes trabalhadores com a elite da comunidade ítalo-paulista) em previdência e assistência mútua, fundando uma sociedade em torno de um núcleo de sócios formado por pequenos comerciantes, artesãos, e operários especializados, os únicos que tinham a possibilidade de transferir parte do salário para um fundo comum, mas sem excluir os trabalhadores não especializados, pelo menos os indigentes. Esta estratégia faliu justamente pelo conflito que reinava dentro da *Società Italiana di Beneficenza* entre estas camadas sociais próximas aos socialistas e os jovens empresários da comunidade paulistana, que conseguiram expulsar os outros, e fechar a entrada de novos sócios: uma estratégia em parte decidida com o consulado de São Paulo, e cujo resultado foi, segundo o juízo dos próprios socialistas italianos, o de dispersar as forças sociais e a assistência em muitas associações pequenas, com uma vida anêmica. De fato, o associacionismo italiano em São Paulo (e

no Brasil no seu complexo), sempre foi considerado pela historiografia fraco e fragmentado em relação aos muito mais organizados ítalo-argentino e ítalo-americano. As sociedades italianas na Argentina em 1908, por exemplo, eram somente 40 a mais que as no Brasil, mas tinham cerca de cem mil sócios a mais.

A campanha dos socialistas contra a *Società Italiana di Beneficenza*, embora tivesse começado justamente com a aparição dos primeiros números do semanário "*Avanti!*", e junto então com a estratégia dos socialistas de tomar posse das diretorias das sociedades de socorro mútuo, eclodiu em julho de 1901, quando em uma assembleia do *consiglio direttivo* da *Società Italiana di Beneficenza*, alguns conselheiros ameaçaram demitir-se no caso em que não fosse esclarecido o motivo dos atrasos no uso do dinheiro para a construção da seção mais importante desta sociedade, isto é, o hospital "*Umberto I*". Este conflito interno foi desfrutado pelo "*Avanti!*", e ao mesmo tempo pela *Società di Mutuo Soccorso Galileo Galilei*, ambos argumentando que os recursos econômicos da *Società Italiana di Beneficenza* vinham de uma grande subscrição iniciada na década de 90, e que envolveu todos os italianos do estado de São Paulo, e não somente os donativos dos sócios. Portanto, a *Galileo Galilei* chamou todas as sociedades populares italianas a se reunir em uma grande assembleia para deliberar sobre alguns pontos fundamentais e intervir nas questões relativas à *Società Italiana di Beneficenza*. Os socialistas e republicanos italianos (da *Lega Democratica*), que participaram desta assembleia conseguiram articular a discussão em modo a por em votação uma proposta de referendium popular e comício público da comunidade italiana, constatando que as sociedades italianas lá presentes representavam somente uma parte desta comunidade: a proposta mostrou as divisões político-programáticas existentes entre as sociedades italianas, sendo que foi aprovada com 18 votos contra 6 (as associações presentes eram 21, todas de São Paulo capital).

Vale a pena dizer, para explicar porque a *Galileo Galilei* dirigiu este movimento de protesto, que esta era justamente uma sociedade cujos sócios eram de posições

republicanas. Como no caso do jornal "*Fanfulla*" daquele período, esta sociedade tentava criar um movimento social-progredista que mediasse as exigências de representação política dos imigrantes italianos no estado de São Paulo, e particularmente na cidade.

Em alguns casos, o conflito latente dentro das sociedades italianas entre os sócios fiéis ao patriotismo oficial ditado pelo consulado e os mais jovens que tentavam introduzir questões sociais mais atuais, além das questões de estreita competência da agremiação, emergiu claramente.

É o caso de alguns sócios da *Società Fratellanza Italiana del Cambucy*, forçados a deixar o grupo em maio de 1901, justamente porque eram socialistas. Eram, aliás, sócios eleitos em cargos de responsabilidade dentro da *Società*, como **Giulio Sorelli** (secretário desde 1899, e que depois será por anos o presidente anarco-sindicalista da *FOSP*). Esse acontecimento, todavia, acabou na criação do primeiro círculo socialista de bairro aderente ao *Partito Socialista Italiano* em São Paulo: o *Circolo Socialista Rionale "Enrico Ferri" del Cambucy*, fundado em julho, exatamente pelos expulsos da *Fratellanza Italiana*, e que já no dia da fundação somava cerca de 50 sócios, entre os quais estavam **Lamberto Ramenzoni** e **Sorelli**, os dois secretários de ligas sindicais naquele mesmo período.

Os socialistas italianos, além disso, conseguiram atuar dentro da comunidade patricia também com o objetivo de substituir as organizações pró-governo ou oficiais nas relações com os trabalhadores imigrantes, em vários modos, além de privilegiar uma democratização das sociedades de socorro mútuo existentes. É o caso, por exemplo, do responsável presente na redação do "*Avanti!*" para ajudar os renitentes à convocação do exército italiano a resolver sua precária situação frente às autoridades italianas, deste modo substituindo-se às competências oficiais do consulado.

Mais importante no âmbito desta estratégia foi a comemoração da morte de Giuseppe Verdi, cuja personalidade era carregada de toda uma série de valores ligados à construção de uma identidade italiana, também entre as coletividades de

imigrantes no exterior; talvez mais entre essas, que percebiam na difusão da ópera um dos valores unificadores do ser italiano. Mas havia duas leituras da ópera, uma culta, ou aparentemente culta, das elites italianas, e outra popular, que propriamente a *Lega Democratica Italiana* desfrutou para unificar a comunidade italiana em um momento simbólico, de antagonismo ao suposto patriotismo oficial, isto é monarquista, que também utilizava valores nacionais comuns para unificar as comunidades no estrangeiro em torno da coroa e do governo. Contrastando a ação do comitê oficial, os representantes da *Lega*, em uma reunião na qual foram convocadas todas as sociedades populares italianas, colocaram em questão esta comemoração oficial, e a necessidade de envolver a população italiana de São Paulo como um todo na organização deste, como de outros eventos. Vista a hostilidade em relação a esta proposta, chegou-se a propor uma contra-comemoração, de caráter popular, à qual deram seu voto pouco mais de um terço dos presentes.

O mesmo ocorreu em 1907 com a comemoração do primeiro centenário do nascimento do Giuseppe Garibaldi. Novamente, sociedades italianas antimonarquistas e monarquistas disputaram a organização e a direção dos festejos: por trás da questão simbólica movia-se toda uma série de conflitos e tensões, que desde sempre marcaram os processos de agremiação e organização dos trabalhadores ítalo-paulistanos.

Anualmente, aliás, a data de XX de Setembro, comemoração da unificação da Itália (tomada de Roma, 1870), levantava o mesmo tipo de problemas, além de, obviamente, o da Questão Romana, pela qual os católicos eram impedidos de participar da vida política da nova Itália, uma vez que esta tinha sido fundada como Estado laico justamente com a expropriação de Roma ao Papa. Como muitos sabem, em 1898, uma de tais comemorações do XX de Setembro em São Paulo, acabou em tragédia, causando o primeiro mártir do movimento operário paulista: **Polinice Mattei**, um anarquista italiano morto a pauladas por membros da *Società di Mutuo Soccorso Unione Meridionale*, que era composta por italianos do sul, entre os quais artesãos e comerciantes bem sucedi-

dos como os Matarazzo.

O XX de Setembro era para os nacionalistas o apogeu da monarquia italiana e o reforço de identidades e fidelidades monarquistas e conservadoras, enquanto para outros grupos e associações de italianos, representava a negação da sua identidade católica. Para os italianos de tendência socialista, anarquista e republicana, o XX de Setembro era visto como uma ocasião para protestar contra o desinteresse do governo italiano pela sorte dos trabalhadores, para os quais a emigração representava o trauma mais profundo de toda uma geração: a diáspora, a "expulsão" da própria terra, a Itália, vista (como nas palavras do anarquista Pietro Gori) não mais como mãe, mas como madrasta.

* *Luigi Biondi é Mestre em Letras pela Università degli Studi di Roma "La Sapienza"; doutorando em História Social do Trabalho na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).*

NOTAS

1. A Itália é dividida em regiões: cada região é dividida em províncias que tomam o nome da capital. Veja mapa.
2. O republicanismo revolucionário italiano baseava-se nas idéias do independentista Giuseppe Mazzini (morto em 1871) que pregava a formação de uma Itália unida em forma de república (e não, como aconteceu, em forma de reino). Uma república, entretanto, baseada em cooperativas e na pequena propriedade e contrária ao grande capital. O *Partito Repubblicano Italiano* (também chamado *Partito Repubblicano Sociale*), portanto, era um partido fortemente antigovernista e que tinha a sua base entre os artesãos e pequenos proprietários e também entre os operários. Os republicanos participaram da fundação dos sindicatos junto aos socialistas (*Partito Socialista Italiano*) e aos anarquistas, e faziam parte da história do movimento operário e revolucionário italiano.
3. Estas eram as ligas fundadas em 1901 sob a guia de sindicalistas socialistas italianos (algumas eram anteriormente sociedades de socorro mútuo, algumas não). Os nomes eram exatamente em italiano, embora fossem abertas a todos os trabalhadores de São Paulo, uma vez que eram, na época, os únicos sindicatos de ofício da cidade.

Lega di Resistenza fra lavoratori cappellai ed affini (ou *Liga de resistência entre Chapeleiros e anexos*); *Società Cooperativa di Produzione fra i renaioli del Tieté* (coletores de areia); *Lega di Resistenza fra lavoratori in legno* (marceneiros e carpinteiros); *Lega di Resistenza fra calzalai ed affini* (sapateiros); *Lega di*

Resistenza e Mutuo Soccorso fra Orefici e Affini (ourives); *Lega di Miglioramento fra muratori ed affini* (pedreiros); *Lega di Resistenza fra mattonellisti ed affini* (azulejistas); *Lega di Resistenza fra operai ed operai delle fabbriche di tessuti di S. Paolo* (tecelões e tecelãs); *Lega di Resistenza fra meccanici, fonditori e affini* (mecânicos e fundidores); *Lega di Resistenza tra operai lavoratori in veicoli* (carros e coches); *Lega di Resistenza fra operaie ed operai delle fabbriche di tessuti di S. Bernardo* (tecelões e tecelãs); *Lega di Resistenza fra sarti* (alfaiates).

BIBLIOGRAFIA

- BEZZA, Bruno (a cura di)
(1983) *Gli Italiani fuori d'Italia. Gli emigrati italiani nei movimenti operai dei paesi d'adozione*. Milano, Franco Angeli.
- BLENGINO, Vanni; FRANZINA, Emilio; PEPE, Adolfo (a cura di)
(1992) *La riscoperta delle Americhe. Lavoratori e sindacato nell'emigrazione italiana in America Latina*. Brescia, Camera del Lavoro; CGIL.
- BIONDI, Luigi
(1995) *La stampa anarchica italiana in Brasile. 1904-1915*. Tesi di Laurea, Università degli studi di Roma "La Sapienza".
- DE LUCA, Tânia Regina
(1990) *O sonho do futuro assegurado. O mutualismo em São Paulo*. São Paulo, Contexto; Brasília, CNPq.
- HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio
(1979) *A classe operária no Brasil. 1889-1930*. Vol. I. São Paulo, Editora Alfa Omega.
- HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio
(1981) *A classe operária no Brasil. 1889-1930*. Vol. II. São Paulo, Brasiliense.
- HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio
(1906) *Il Brasile e gli Italiani*. Firenze, Pubblicazioni del "Fanfulla".
- MARUCCO, Dora
(1982) *Mutualismo e sistema político. Il caso italiano (1853-1892)*. Milano, Angeli.
- ROSOLI, Gianfausto (a cura di)
(1987) *Emigrazioni europee e popolo brasiliano*. Roma, Centro Studi Emigrazione.
- SIMÃO, Aziz
(1966) *Sindacato e Estado*. São Paulo, Dominus.
- TRENTO, Angelo
(1988) *Do Outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo, Nobel, Istituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1988.